

A avaliação da pós-graduação em Educação Física e suas implicações para os periódicos da área: “publicar ou perecer” vale também para os editores

Giovani De Lorenzi Pires¹
Bianca Natália Poffo²

RESUMO

Nossa intenção é refletir sobre como o modelo de avaliação da pós-graduação brasileira, sobretudo o sistema *Qualis*-CAPES, impacta o processo editorial de periódicos da área 21, sobretudo os do campo da Educação Física. O texto, na forma de um ponto de vista, trata de questões como produtivismo, financiamento, condutas éticas, desvalorização do trabalho editorial, entre outros. Considera, contudo, que a editoria, com suas vicissitudes, representa uma experiência formativa significativa. O relato é feito desde “o lugar” dos autores, que integram a comissão editorial da revista *Motrivivência* – LaboMidia/UFSC.

Palavras-chave: Pós-graduação. Qualis. Educação física. Periódicos. Avaliação

-
- 1 Doutor em Educação Física (UNICAMP). Professor do PPGEF/UFSC, pesquisador do LaboMidia/UFSC. Editor da *Motrivivência*. Contato: delorenzi57@gmail.com
 - 2 Mestre em Educação Física (UFSC) e doutoranda no PPGEF/UFPR, pesquisadora do LaboMidia/UFSC. Coordenadora da comissão editorial da *Motrivivência*. Contato: bia.poffo@hotmail.com



Este texto está publicado sob uma licença Creative Commons
Atribuição NãoComercial-Compartilhável – CC BY NC AS
Mais detalhes em: <https://br.creativecommons.org/licencas/>

The evaluation of the postgraduate program in Physical Education and its implications for the journals: “publish or perish” also applies to the editors.

ABSTRACT

Our intention is to reflect on how the Brazilian postgraduate evaluation model, especially the Qualis-CAPES system, impacts the periodical editorial process of area 21, and above all, those in the Physical Education field. The text in the form of a point of view deals with issues such as: productivity, financing, ethical conduct, devaluation of editorial work, among others. It considers, however, that publishing, with its vicissitudes, represents a noteworthy formative experience. The report is made from “the place” of the authors, who are part of the editorial committee of the Motrivivência magazine from LaboMidia / UFSC.

Keywords: Postgraduate studies. Qualis. Physical education. Newspapers. Evaluation

La evaluación del postgrado en la Educación Física y sus implicaciones para los periódicos: “publicar o perecer” vale también para los editores

RESUMEN

Nuestra intención es reflexionar sobre cómo los modelos de evaluación del postgrado brasileño, sobretudo el sistema Qualis-CAPES, impacta el proceso editorial de los periódicos del área 21, especialmente los del campo de la Educación Física. El texto, en la forma de un punto de vista, trata de cuestiones como el productivismo, el financiamiento, las conductas éticas, la desvalorización del trabajo editorial, entre otros. Considera, sin embargo, que la actividad editorial, con sus vicisitudes, representa una experiencia formativa significativa. El relato se hace desde “el lugar” de los autores, que integran la comisión editorial de la revista Motrivivência – LaboMidia/UFSC.

Palabras clave: Postgrado. Qualis. Educación física. Periódicos. Evaluación

INTRODUÇÃO

Entre os pesquisadores que militam na pós-graduação *stricto-sensu* há um certo consenso de que, nos últimos vinte anos, o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) da CAPES³ tem conseguido estabelecer uma política de qualificação dos programas e do próprio sistema de avaliação. De fato, pode-se perceber uma orientação geral que busca a consolidação e o aperfeiçoamento da política de pós-graduação no país, não isenta de falhas e críticas, tendo conseguido o feito de passar mais ou menos incólume por todas as viradas políticas dos governos federais deste período, alguns mais republicanos, outros nem tanto, como o atual. Há, todavia, mais presentemente, uma preocupação crescente com mudanças que vem sendo operadas pela CAPES sem discussão com a comunidade acadêmica e que resultou, por exemplo, na exigência de proficiência em língua inglesa no recente edital do PDSE/2017-18 (Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior) mesmo para postulantes a vagas em países de língua portuguesa, conforme denunciou a ANPED em nota pública.⁴

No conjunto de aspectos que compõem essa política pública setorial, destacam-se sem dúvida alguma as estratégias de avaliação dos programas e, por conseguinte, do próprio SNPG. Essa é uma das partes mais sensíveis, porque o rigor das decisões sobre as ferramentas de avaliação e, sobretudo, a forma de definição destas, nem sempre muito democráticas, tem incomodado muita gente, quer seja pelos rumos indicados, cujo horizonte parece ser infinito – “o sarrafo vai continuar subindo” (LOVISOLO, 2007) ainda é a frase mais ouvida! – quer seja pelos muitos parceiros que vão ficando pelo caminho, não-credenciados ou descredenciados, sem condições (ou vontade) de se adequarem ao modelo imposto.

A presente reflexão⁵ não pretende estabelecer um debate sobre a avaliação da pós-graduação de *per si*, mas situá-la pelos impactos que produz no processo de produção editorial dos periódicos científicos. E para não correremos o risco de tratar genericamente do tema sem um amplo conhecimento de todo o complexo processo de avaliação, vamos nos fixar na Educação Física e nas experiências editoriais dos autores junto a revista *Motrivência*, tomada como referência por esse fato.

UM MAL-ESTAR ACADÊMICO PAIRA SOBRE A PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA

Apesar de, como já dissemos, não pretendermos avaliar aqui a pós-graduação ou sua política de avaliação, é importante que, para contextualizar o debate de fundo,

3 A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC) que, entre outras ações, regulamenta e avalia a pós-graduação no país.

4 Ver em: <http://www.anped.org.br/news/nota-publica-da-anped-capes-preocupacoes-sobre-mudancas-silenciosas-nas-politicas-para-pos>

5 Este texto foi produzido a partir de roteiro elaborado para subsidiar palestra proferida no PPGEF/ UFRN (2016). Por essa razão, boa parte dele tem uma redação em tom informal. Uma versão do mesmo foi publicada em 2017, pela Revista Educação Física – IPA (<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ipa/index.php/educacaofisica/article/view/471>). Os autores agradecem a gentileza do editor, prof. Alexandre Scherer, em autorizar essa nova publicação.

identifiquemos no SNPG o ponto de maior conexão ou atrito, por assim dizer, com a política editorial. E este é, sem dúvida, a lógica do produtivismo que impera, gerando um profundo mal-estar acadêmico, na feliz expressão emprestada de Freud por Eunice Trein e José Rodrigues (2011). Segundo os autores, o fetiche provocado pelo conhecimento como mercadoria (simbólica ou não!) resulta num novo canto da sereia, o produtivismo acadêmico.

Na teoria freudiana, o mal-estar da civilização (FREUD, 2006) decorre do reconhecimento de que, na sociedade, duas forças antagônicas encontram-se permanentemente em confronto, gerando sofrimento: a pulsão da vida ou “Eros”, que se repete, nos agrega e nos adapta (reprimindo e sublimando nossos impulsos) e a pulsão da morte ou “Tânatos”, que exprime um desejo de retorno a um estado inorgânico, na busca pela redução das tensões (e do sofrimento) impostas pela sociedade, que implicaria na autodestruição ou na destruição do outro – ou da própria civilização, em última análise.

Na interpretação freudiana de Trein e Rodrigues, o mal-estar que paira sobre a academia decorre do entendimento ideológico (imposto pela política de ciência e tecnologia e autoimposto a/por nós mesmos, pesquisadores) de que o desenvolvimento social desejado (pulsão da vida) é uma consequência do desenvolvimento científico e tecnológico; portanto, o produtivismo acadêmico é, por assim dizer, um mal necessário, mesmo que, para o seu alcance, o conhecimento científico precise subjugar-se à lógica da mercadoria, na perspectiva marxiana, ou como uma pulsão de morte, na visão freudiana.

Nesse sentido, o conhecimento acadêmico como mercadoria tem subsumido o seu valor de uso, de satisfazer necessidades humanas, a um valor de troca, que permite quantificar ou precificar o conhecimento, estabelecendo um equivalente no sistema dinheiro. Assim, a produtividade e o fetiche do conhecimento-mercadoria se institui como uma moeda no “mercado” acadêmico: gera *status* ao pesquisador que o detem, produz benefícios como acesso a financiamentos, fortalecimento dos laboratórios, convite para consultorias remuneradas, poder nos departamentos e programas de pós-graduação, enfim, gera um capital acadêmico simbólico, mas também material. Só que a manutenção desse *status* e seus benefícios é um motocontínuo, porque se autoemula, se renova sempre, a exigir mais produção do seu detentor. Assim, o produtivismo – um mal necessário? – gera também um mal-estar, um desejo de saltar fora, de romper com o contínuo que causa sofrimento – uma pulsão de morte.

É nesse contexto que a frase que funciona como um mantra acadêmico para os pesquisadores ligados ao SNPG, o célebre *publish or perish* (publicar ou perecer), aplica-se também e cada vez mais aos editores de revistas científicas, tendo em vista o próprio sistema de avaliação das mesmas pela CAPES, o Qualis Periódicos, como passamos a considerar a seguir.

AValiação DA PÓS-GRADUAÇÃO E O SISTEMA QUALIS PERIÓDICOS

Como se sabe, o Qualis periódicos é parte central do atual sistema de avaliação da produção dos programas de pós-graduação credenciados pela CAPES. Trata-se de um sistema

de classificação dos periódicos nos quais pesquisadores ligados a esses programas, sejam estudantes ou docentes, publicam suas produções e comunicam isso em seus relatórios, os quais serão recolhidos e avaliados pelo SNPG – atualmente por meio da plataforma Sucupira. Em tese, o Qualis⁶ vale somente para avaliar os programas de pós-graduação (BARATA, 2016), mas mesmo estes (e outras instituições) tem se utilizado do Qualis para avaliar a produção dos pesquisadores nos seus processos de (re)credenciamento e para além deles, como em casos de concursos públicos, editais, chamadas públicas, etc.

O sistema de classificação dos periódicos varia um pouco em cada área do conhecimento na CAPES, mas todas devem atentar para alguns mecanismos e princípios comuns, expressos nas portarias, resoluções e outros atos normativos do órgão, que estabelecem diretrizes gerais, a padronização da ficha de avaliação e as regras de construção do Qualis (tanto de periódicos quanto de livros). Essa avaliação gera uma lista de classificação dos periódicos por área de conhecimento, referente à produção relatada pelos programas no ano anterior, que está disponível no aplicativo WebQualis⁷.

Há controvérsias quanto a este modelo de avaliação dos periódicos. Sem nos aprofundarmos muito, vamos comentar algumas questões de que tem se ocupado alguns pensadores brasileiros, nem todos citados nominalmente nesse texto, mas cujas leituras nos ajudam a tratar do tema⁸.

Uma das críticas recorrentes é quanto à ênfase quantitativa da avaliação dos periódicos pelo sistema Qualis. A sigla Qualis, ao contrário do que pode supor o radical da expressão, é cada vez mais “Quantis”, na forma jocosa com que alguns tem a ela se referido. A quantificação do Qualis se revela evidente quando as bases de dados às quais um periódico é indexado passam a ser, cada vez mais, melhor consideradas quanto maior for o seu FI (Fator de Impacto), índice publicado pelo JCR (*Journal Citation Reports*)⁹. Ora, além de estar representado por um numeral, o FI é, grosso modo, um índice calculado pelo **número** (grifo nosso!) de citações do periódico ou de itens citáveis em outros periódicos igualmente indexados e com bom FI, normalmente nos dois anos imediatamente anteriores (ZUIN; BIANCHETTI, 2015).

6 “Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do módulo Coleta de Dados da Plataforma Sucupira.”. Cf.: <http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/avaliacao-da-pos-graduacao/7422-qualis>

7 “O WebQualis é o aplicativo que permite a classificação dos veículos de divulgação da produção intelectual dos programas de pós-graduação, bem como a divulgação do resultado dessa classificação (listas por área), disponível no site da Capes”. Cf.: <http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/avaliacao-da-pos-graduacao/7422-qualis>

8 Entre outros: TREIN; RODRIGUES, 2011; VILAÇA; PALMA, 2013; RODRIGUES, 2007; LOVISOLO, 2007, 2014; VAZ; ALMEIDA; BASSANI, 2012; SILVA; PIRES, 2012, 2014; JOB, 2015; SOMA; ALVES; YANASSE, 2016; VILAÇA, 2015; ZUIN; BIANCHETTI, 2015

9 Fator de impacto (FI) é a principal métrica utilizada para avaliar as revistas científicas ao contabilizar as citações recebidas, divulgadas pelo *Institute for Science Information (ISI)*, da empresa Thomson Reuters. O Fator de Impacto de uma revista científica é calculado somente entre as revistas que compõem a coleção Web of Science (WoS). Logo, não são contabilizadas as citações de revistas da coleção obtidas em periódicos fora dela, nem considerado Fator de Impacto para periódicos fora do WoS. Outras coleções, como a Scopus, também calculam a abrangência de suas revistas indexadas por meio das citações, mas com outras denominações.

Por se tratar de uma estratégia exclusivamente quantitativa, não há qualquer preocupação de controle sobre a qualidade e mesmo o caráter das citações, se favoráveis ou críticas, e tampouco sobre a possível variação do FI de periódicos em casos, cada vez mais comuns, de despublicação de textos por má conduta ética de pesquisa – do que trataremos mais adiante. E se a questão precisa ser mesmo quantitativa, por que não incluir outros parâmetros de aferição, proporcionados pelas novas plataformas digitais, como o número de acessos de IP único aos artigos visualizados, a quantidade de downloads realizados, etc.? Por exemplo: segundo dados estatísticos divulgados no Relatório do Portal de Periódicos da UFSC¹⁰ do ano de 2016, a Motrivivência teve mais de 320 mil acessos, correspondente a 278,85 gigabytes de download¹¹. Isso é muito? É pouco? Não é significativo para avaliar a visibilidade e a credibilidade de um periódico? Por que isso não pode ser considerado como critério de avaliação?

Além disso, a fixar a classificação de periódicos com referência em determinadas e poucas bases de indexação, o Qualis:

provoca uma tendência de padronização dos projetos editoriais dos periódicos (*herding* ou comportamento de rebanho, como afirmam Young *et al.*, 2008, citados por Vilaça e Palma, 2013), os quais precisam se adequar aos ditames dos indexadores para não sucumbirem por “subnutrição”, isto é, pela falta de submissão de artigos de boa qualidade para publicação. (SILVA, PIREZ, 2014, p.787)

Para efeito de avaliação dos programas ligados a uma área (e, por extensão, os pesquisadores docentes e discentes dos mesmos), há uma única lista WebQualis, revisada periodicamente. A Educação Física integra a chamada Área 21 (junto com Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Fonoaudiologia). Portanto, os casos de produções relatadas para/por programas dessa área em periódicos de áreas diversas das que a compõem costumam enfrentar mecanismos de glosa (limites ou travas) ou de subvalorização nas avaliações, sobretudo se ligados às humanidades. Uma das possibilidades de superação desta limitação seria a criação de uma lista única de periódicos Qualis, comum a todas as áreas, como preconizam Soma, Alves e Yanasse (2016).

A avaliação da produção intelectual dos integrantes de um programa de pós-graduação, orientada a partir da lista Qualis de periódicos (e livros) da área, representa um percentual bastante significativo no cômputo geral da avaliação do programa e vai rebater sobre a avaliação dos seus membros, não apenas como indicador para (re)credenciamento mas também como critério para concessão de bolsas, auxílio para participação em eventos, financiamentos, etc. Assim, na lógica produtivista do conhecimento-mercadoria, faz todo o sentido que docentes e discentes ligados a programas de pós-graduação dediquem-se a “caçar” pontos representados pelos canais (periódicos) por onde veiculam sua produção a fim de garantir e melhorar seu *status*.

10 Disponível em: <http://periodicos.bu.ufsc.br/periodicos-de-a-a-z/>

11 O portal de periódicos da UFSC “hospeda” 44 periódicos científicos de várias áreas do conhecimento. Conforme o Relatório acima referido, no ano de 2016, a Motrivivência foi a revista mais acessada do Portal.

A pressão avaliativa da CAPES sobre o programa replica-se, por seus coordenadores, sobre os docentes orientadores; destes sobre seus orientandos (doutorandos e mestrandos) e de todos sobre... os editores de periódicos científicos classificados nos estratos superiores que valem para o SNPG, os ironicamente chamados de periódicos “Qualis-ficados”. É dessa situação, que vivenciamos cotidianamente nas nossas funções editoriais na Motrivivência, que iremos nos referir no tópico a seguir.

IMPACTOS DA AVALIAÇÃO DA CAPES E DO QUALIS PERIÓDICO SOBRE O PROCESSO EDITORIAL

A partir desse tópico, iremos mudar um pouco o modo de redação do texto. Na impossibilidade de aprofundar cada um dos itens referidos, vamos tratar brevemente deles, de forma geral, no sentido de apontar questões para o debate. Lembramos mais uma vez que se trata de um “olhar de dentro”, isto é, de uma percepção do cenário a partir da nossa experiência em um periódico que, sendo dos mais antigos da Educação Física, vem enfrentando as exigências de “modernização” (classificado como B2 no WebQualis da área 21 desde 2014) sem abrir mão de aspectos caros ao seu projeto editorial (SILVA; PIRES, 2014).

Artificialidade na classificação dos periódicos

Os critérios para classificação dos periódicos no sistema Qualis atendem a aspectos artificiais, por exigir respeito a uma norma quantitativa que estabelece, percentualmente, o número máximo de periódicos em cada um dos chamados estratos superiores: a) apenas 50% do total de títulos da lista de uma área podem estar nos estratos A1, A2 e B1; b) apenas 25% dos títulos podem estar nos estratos A1 e A2; c) entre os classificados no estrato A deve haver número maior de periódicos A2 do que A1.

Assim, por mais esforço que os editores de periódicos de uma área possam fazer para qualificar suas revistas, elas só poderão progredir de estrato se “tiver vaga” no imediatamente acima e se essa transição não ferir nenhuma das regras acima.

Também não há norma que estabeleça critérios qualitativos para a classificação dos periódicos no sistema Qualis. Ao menos por enquanto¹², na área 21, a classificação se dá exclusivamente pela correlação da(s) base(s) de dados à(às) qual(ais) a revista encontra-se indexada. Cada indexador implica uma determinada posição no Qualis, praticamente sem serem levados em conta aspectos relativos ao periódico, como relevância social, impacto do periódico na comunidade da área, acesso aberto ao conhecimento, etc.

12 A nota pública divulgada pela ANPED, já referida, também destaca que, sem a devida publicidade e transparência, vem sendo discutidas mudanças significativas no sistema de classificação do Qualis, inclusive uma que torna “do interesse” da pós-graduação somente as revistas que tenham Fator de Impacto.

Desequilíbrio na relação produção x veiculação em periódicos

Além de outros fatores, esse controle artificial do posicionamento dos periódicos e a conseqüente limitação de periódicos nos estratos de A1 a B2, que valem para a pós-graduação no caso da área 21, tem gerado um descontrole crescente na relação entre produção acadêmica e a capacidade de sua veiculação em periódicos.

Se tomarmos apenas a Educação Física como referência, são atualmente cerca de 37 programas de pós-graduação *stricto-sensu*, a maior parte deles com cursos de mestrado e doutorado. Não dispomos do número total de discentes matriculados em todos eles, tampouco do número de docentes credenciados¹³, mas pode-se imaginar que, na lógica do produtivismo antes referido, a totalidade dessa comunidade, que não parece ser pequena, precisa publicar para manter seus *status* – sem contar aqueles que ainda não pertencem a programas, mas desejam credenciar-se. Como a publicação em periódicos é a que tem maior valor na avaliação e classificação genérica pelo WebQualis (ao contrário do Livro, que é avaliado caso a caso), são as revistas que recebem a maior parte desse imenso fluxo, na forma de artigos originais e de revisão, relatos, resenhas, etc.

E para veicula-los a Educação Física tem, atualmente, em língua portuguesa, considerando somente aqueles que estão situados no referido estrato (entre A1 e B2) e que apresentam alta identidade epistemológica à área (ADE = 4), cerca de dez periódicos.¹⁴ Obviamente, o gargalo só não é maior porque muitos autores têm recorrido a outras revistas da área 21 ou de áreas conexas, além de periódicos internacionais – sobre isso, falaremos mais adiante. Mas, de todo o modo, há uma pressão cada vez maior sobre as equipes editoriais, por conta do justo interesse dos autores em ter seus manuscritos avaliados e publicados. Apenas para registro, vale destacar que Motrivivência recebeu e avaliou, no ano de 2017, pouco mais de 200 artigos submetidos – com um índice de aprovação de 29%.

Daí decorrem outras questões...

Perguntas “indiscretas” que mereceriam respostas “cretinas”

Os editores de periódicos já criaram mecanismos quase automáticos de defesa e de resposta para algumas questões frequentemente recebidas, tais como: “Qual é o Qualis da sua revista?” “Qual o prazo médio de avaliação e de publicação na sua revista?” “Por que meu artigo ainda não entrou em avaliação?” Ou: “por que ainda não recebi os pareceres?” E também: “porque não foi publicado nesta edição”?

13 Aliás, os dados sobre Programas de Pós-Graduação e documentos de Área na *homepage* da CAPES não primam pela transparência nem pela generosidade com o leitor/navegador! Parece ser mais uma estratégia de manter o capital-informação técnica restrito a poucos.

14 São eles: Movimento, Motriz, Motrivivência, Revista da Educação Física/UEM, Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, Revista Brasileira de Ciência e Movimento, Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano e Pensar a Prática. A revista Licere, apesar de publicar artigos da Educação Física, é ligada à área Interdisciplinar na CAPES e ao campo dos Estudos do Lazer.

De fato, a pressão produtivista já “pega” os estudantes na graduação, especialmente aqueles ligados a programas de bolsas como PIBIC¹⁵ e PIBID¹⁶. Talvez por não conhecerem com mais detalhes como funciona o sistema WebQualis (e talvez sob a pressão dos seus orientadores), eles querem saber logo qual o *status* da revista, para pensar na possibilidade de escolhê-la (ou não) para enviar a sua produção, sem a menor preocupação com a identidade do seu tema de estudo com o escopo e foco dos periódicos. O “tempo médio” para avaliação e publicação em um periódico também é calculadamente estudado, tendo em vista o fim de uma etapa do seu curso ou a possível seleção para um outro nível de formação acadêmica. Às vezes, nem precisa publicar, basta receber uma carta de aprovação para comprovar o currículo lattes!

A situação é tão esdrúxula a ponto de recebermos, não com muita frequência mas já inúmeras vezes, pedidos de autores para que **não** (grifo nosso!) publicássemos seu texto, já aprovado, naquela edição ou naquele ano por já ter alcançado os pontos desejados no período de avaliação, valendo mais a pena, assim, publicar em um momento futuro e não correr o risco de ter parte da sua produção “desperdiçada” ou glosada pelo programa!

O represamento e a conseqüente fila provocada pela abundância de textos submetidos provoca uma pressão constante, gerando excesso de trabalho não apenas para os editores, mas sobretudo para os avaliadores, ao que vamos nos referir mais adiante.

As condutas editoriais e a ética

Um outro aspecto decorrente da tal pressão produtivista está relacionada ao surgimento e proliferação de práticas acadêmicas não recomendáveis, como, entre outras¹⁷:

- a) a submissão do mesmo texto a mais de um periódico, ou a submissão concomitante a um periódico e a uma coletânea em editoração, mesmo quando ambas exigem ineditismo;
- b) o surgimento crescente de trechos plagiados, às vezes disfarçados em longas paráfrases que ocupam parágrafos inteiros;
- c) a abundância de autoplagios, situação em que os autores abusam de autocitações e, pior ainda, muitas vezes sequer identificam que tais trechos já foram publicados anteriormente;
- d) o fatiamento de estudos de uma mesma pesquisa em pequenos relatos distribuídos em vários periódicos, ação conhecida de forma irônica como “salame-*science*”;
- e) a superficialidade de análises em textos tecnicamente corretos, mas com absoluta falta de originalidade e de pouca contribuição para o conhecimento da área;

15 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica/CNPq.

16 Programa Institucional de Bolsa de Incentivo à Docência/MEC.

17 Obviamente, essas más condutas não são a maioria no meio acadêmico e tampouco ocorrem apenas na Educação Física. O que preocupa é a percepção que temos, como editores, de uma certa “naturalização” de algumas delas, inclusive por parte de docentes/orientadores.

- f) a formação de coautorias de fachada, sem qualquer identidade epistemológica com o tema nos seus currículos, uma espécie de ajuda-mútua, visando claramente potencializar os currículos dos colegas de grupo e parceiros ou em “pagamento de pedágio”¹⁸;
- g) de outro lado, as tentativas de “empoderamento” da produção com a inclusão de nomes de pesquisadores com alto capital acadêmico no mercado do conhecimento-mercadoria como coautores, alguns dos quais aparentemente nem leem os trabalhos submetidos e outros, pior ainda, alegam sequer terem sido consultados da inclusão em coautoria.

É preciso reconhecer que, de parte de equipes editoriais, também se tem verificado atitudes questionáveis e que, sob a mesma lógica produtivista, visam os mesmos objetivos: publicar ou perecer! Dois exemplos: a) a prática cada vez mais comum de despublicações, decorrentes da pressão por cumprimento de prazos para publicação e da consequente falta de rigor editorial em identificar previamente problemas com os textos submetidos, aprovados e publicados, como os casos de plágios e de falsificação de dados de pesquisa; b) pedidos sutis (ou nem tanto!) para que avaliadores indiquem aos autores dos textos sob revisão no sentido de que façam citações de textos sobre o tema já publicados naquela mesma revista, na busca de aumento do fator de impacto.

Internacionalização, financiamento, profissionalização

A questão do financiamento da ciência e tecnologia no Brasil é, desde sempre, uma calamidade. Agências nacionais e estaduais de fomento, em que pese existirem mecanismos constitucionais que exigem investimentos mínimos na área, costumam contornar essas exigências e terminam disponibilizando bem menos recursos financeiros que os necessários para que o desenvolvimento científico e tecnológico possa, efetivamente, fazer decolar o conhecimento do país, como garantia de emancipação, soberania e autonomia nacional.

Nessa escassez de verbas públicas, agudizada no atual governo ilegítimo, o apoio editorial a periódicos é um dos mais prejudicados. Não há, em geral, uma política de longo prazo, que permita aos periódicos organizarem-se minimamente e não tenham os seus editores que, anualmente, ficar à caça de editais para tentar viabilizar a publicação dos números do ano. Isso também implica que as editoriais não consigam se profissionalizar, vivendo da transitoriedade de colaboradores e bolsistas, que precisam ser capacitados praticamente a cada ano.

Além disso, a maior parte destes escassos editais de apoio à editoração das agências de fomento estabelecem pontos de corte muito altos no quesito exigência de indexação dos periódicos para concorrer nos certames. Desse modo, muitos são excluídos sem nem mesmo serem avaliados. Além disso, os critérios estabelecidos, normalmente, seguem

18 Prática de incluir na coautoria os dirigentes do laboratório ou “proprietários” dos bancos de dados utilizados na pesquisa, ainda que os mesmos não tenham participado do estudo.

parâmetros mais próximos das chamadas ciências duras, em prejuízo aos periódicos do campo das ciências humanas e sociais aplicadas.

Tudo isso implica que o “bolo”, que já é pequeno e não cresce, seja distribuído cada vez mais para menos periódicos, quase sempre os mesmos, deixando de lado outras revistas tradicionais ou emergentes que, se tivessem um pequeno investimento, poderiam tentar alcançar melhor *status*.

Neste sentido, até mesmo a chegada da cultura do acesso aberto aos periódicos, saudada como uma possibilidade de democratização do conhecimento, foi capturada e desvirtuada pelos oligopólios editoriais comerciais, que passam a exigir dos autores pagamento de taxas para que seus textos sejam disponibilizados em acesso aberto na íntegra¹⁹. Dessa forma, esses textos são mais acessados, o que garante visibilidade para os autores e possível aumento no número de citações das revistas – logo, com o aumento do seu fator de impacto “financiado” pelo próprio autor – ou a sua instituição ou agência de fomento financiadora (ZUIN; BIANCHETTI, 2015).

De outro lado, em nome da pretendida internacionalização acelerada da ciência brasileira, louvável como princípio, os critérios de classificação do Qualis tem incentivado, direta e indiretamente, que parte significativa da produção dos programas de pós-graduação brasileiros seja veiculada em língua inglesa e em periódicos internacionais sem qualquer penetração e reconhecimento pelas respectivas comunidades acadêmicas nacionais (RODRIGUES, 2007); logicamente, mediante o pagamento tanto por parte dos autores quanto por parte dos próprios leitores, a custos pouco razoáveis, por ser em dólar – por exemplo: o Portal CAPES faz assinaturas anuais para acesso digital em alguns periódicos internacionais de maior *status* que chegam a custar o preço de um carro econômico nacional!

Ora, cabe perguntar que ciência nacional é essa e que desenvolvimento científico e tecnológico nacional podemos aspirar quando o financiamento público dos projetos de pesquisa e dos programas de pós-graduação tem servido para a veiculação de conhecimentos financiados pela sociedade brasileira em “famosos” e “populares” *journals of sport sciences* da Malásia ou do Afeganistão? Ou então, tem seus poucos recursos direcionados para pagamento de publicação em legítimas “revistas-abutres”²⁰, que se oferecem ao pesquisador cotidianamente, dispondo-se a “ajudá-lo” a construir rapidamente um bom currículo internacional, com edições mensais cujos corpos editoriais são claramente um embuste! E, inclusive, oferecendo descontos, por exemplo, se um grupo de cinco pesquisadores publicar, juntos, nas famosas coautorias de fachada, respectivos cinco *papers*!

Nessa linha, mesmo sabendo que a maior parte, sendo otimistas, dos textos publicados em periódicos como os acima referidos jamais será lida e tampouco apropriada pelas comunidades acadêmicas da área no país – portanto publicações sem qualquer relevância

19 A maior parte das revistas mais procuradas no meio acadêmico internacional, pertencentes ou conveniadas às grandes editoras comerciais, como a Elsevier, oferece acesso aberto somente aos metadados dos artigos. Para acessar ao conteúdo, o leitor precisa pagar um taxa.

20 Essas revistas são também denominadas predatórias! Optamos pelo termo “abutres” em referencia aos fundos financeiros multinacionais que operam contra a economia dos países emergentes e do terceiro mundo.

social -, ainda assim alguns programas de pós-graduações, ao menos na área 21, há até pouco tempo dispunham-se a bancar o custo de traduções e de publicação aos pesquisadores, sob a guilhotina de publicar ou perecer que atinge aos programas também. Ora, essas verbas públicas seriam muito bem-vindas para os periódicos nacionais, proporcionado a eles o fôlego necessário para alavancar seus projetos editoriais em busca de melhores posições em bases de dados e indexadores.

Na outra ponta da equação, começa-se a identificar também aqui, nas revistas nacionais (e já em algumas da área 21), a alternativa de transferir os custos da sua editoração para autores e/ou leitores. Cobrar para publicar, sob o argumento que for, ou para dar acesso à leitura e *download* de textos completos (como já registramos, alguns periódicos liberam apenas os metadados), é uma saída que pode resolver emergencialmente a situação das editorias mas não contribui, nem de longe, para mudar a reconhecida pouca cultura científica da sociedade brasileira. Tratando-se de uma forma privatizada de veicular conhecimento, cabe perguntar: quem deve pagar pela divulgação e/ou pelo acesso ao conhecimento científico? Será que esse é o caminho? Não será essa uma mera transferência de responsabilidades? Quais as consequências dessa limitação de acesso ao conhecimento? Será que vamos voltar aos tempos em que os poucos periódicos veiculados em versões impressas eram de acesso restrito a assinantes ou das “fábricas de fotocópias”?

A pouca valorização do trabalho de editores e de avaliadores

Essa é uma questão central, que vimos discutindo já algum tempo (SILVA; PIRES, 2012, 2014), por um lado, por entendermos ser uma grande contradição do SNPG, e por outro, porque além de solidários aos avaliadores e colaboradores voluntários das revistas, vivemos diretamente essa situação, nós mesmos, como pesquisadores também envolvidos com a pós-graduação.

Sabemos que na avaliação dos programas de pós-graduação o item de análise da produção intelectual do programa, isto é, dos seus membros docentes e discentes, tem um percentual relevante, maior ainda quando se trata de (re)credenciamento de docentes e de concessão de bolsas a discentes. Portanto, pode-se afirmar, com razoável segurança, que se não existissem periódicos qualificados, o processo de avaliação da pós-graduação teria que ser reinventado porque, nos termos atuais, não haveria pós-graduação!

Desse modo, os periódicos, sobretudo, quem faz os periódicos, desde seus editores, membros de comissões editoriais e científicas, colaboradores, avaliadores, bolsistas, etc., deveriam ser considerados parceiros importantes do SNPG. No entanto, não é assim que esses homens e mulheres são tratados pela CAPES e pelos programas. Voluntários a imensa maioria, doam seu tempo, muitas vezes particular, por não terem concedidas sequer horas funcionais para tanto, e ainda não tem seu trabalho reconhecido por quem, não fosse essa prestação de serviço, não teriam como avaliar os produtos de suas políticas públicas. Em termos populares, trabalhar com editoração (e demais funções de um periódico), “não dá nada!”

A título de exemplo, peguemos um docente de um programa de pós-graduação que compartilhe voluntariamente seu tempo livre para avaliar manuscritos de três (3) periódicos como revisor. Se seguir os tempos normalmente estabelecidos para a avaliação, ele terá a cada três (03) meses exarado três (03) pareceres, um para cada revista. Ao cabo de um ano, excluindo-se os meses de férias, serão no total, nove (9) pareceres anuais. Mesmo se ele for credenciado em um dos poucos programas que, a despeito de não existir orientação da CAPES para que essa atividade seja considerada na avaliação do docente, ainda assim atribuem alguns poucos pontos para essa atividade, esse docente parecerista, além de ter trabalhado “de graça”, ainda correria o risco de ter parte de seu trabalho glosado por exceder as travas criadas pelos critérios de avaliação... Ou seja, quem faz um trabalho que é fundamental para a avaliação dos programas de pós-graduação não tem o seu trabalho considerado como atividade típica (e devidamente valorizada) de pós-graduação!

Nesse sentido, como ficam as comissões editoriais? Como lidar com voluntários não reconhecidos em seu fazer acadêmico, para estimular-los a fim que continuem prestando esse serviço, de forma gratuita? Essa desconsideração do SNPG, aliado à pressão produtivista que o próprio sistema estimula, traz impactos diretos no processo editorial, pois temos observado um crescimento significativo das seguintes situações:

- a) Negativas delicadas, mas definitivas de docentes, quando convidados a integrar comissões de revisores;
- b) Indisponibilidades frequentes (mesmo que temporárias) de avaliadores permanentes para exarar parecer quando designados pelos editores;
- c) Descumprimento de prazos para informar (in)disponibilidade, para exarar parecer e/ou para revisar versões reformuladas de manuscritos;
- d) Estreitamento e especificidade de temas a que se dispõem a avaliar, gerando comissões de pareceristas que tendem a ser muito grandes, mas com avaliadores que são pouco mobilizáveis;
- e) Pareceres aligeirados e de baixa qualidade intelectual, que pouco ou nada contribuem para a formação dos pesquisadores-autores que submetem seus textos²¹;
- f) Solicitação dos pareceristas no sentido de que os textos submetidos sejam reduzidos, com limite de páginas cada vez menor.

Diante desse quadro que se revela preocupante, os editores tem tido dificuldades para operar com a situação. Como cobrar mais responsabilidade, disponibilidade, celeridade, pontualidade e qualidade nos pareceres de voluntários cujo trabalho não é institucionalmente reconhecido? Ruim com eles, pior sem eles? E é interessante observar que, em alguns casos, o avaliador “difícil” torna-se o autor “exigente”, cobrando agilidade na avaliação dos seus próprios textos.

21 Entendemos que há um caráter pedagógico e formativo num parecer, pois o mesmo traz um olhar externo e qualificado para os autores sobre sua produção, contribuindo para a formação desses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir este ponto de vista, gostaríamos de refletir ao menos brevemente sobre o que faz alguém aceitar ser editor ou fazer parte do corpo editorial de um periódico científico. E a continuar a sê-lo!

Alguém já disse, ironicamente, que a relação editor-revista é mais indissolúvel que casamento, ainda que a realidade dessa instituição hoje não a indique como o melhor índice para conotar perenidade. Mas a verdade é que essa relação se inicia normalmente por um altruísmo, um compromisso acadêmico-cidadão, pela percepção da chegada da sua hora de dar uma cota de contribuição, etc. Só que a tendência é que o casamento editor-periódico se perpetue por absoluta falta de pretendentes ao cargo!

Antes de mais nada, o editor deve ter consciência de que “um periódico carrega para dentro de si todas as ambiguidades, problemas e indefinições da área e os dissemina, contribuindo para a sua ampliação” (TANI, 2014, p. 722). Nesse sentido, ser editor de periódico da Educação Física/Ciências do Esporte é conviver com (e sobreviver à) permanente crise de identidade que histórica, epistemológica e profissionalmente constitui nosso campo.

Além disso, é importante que se tenha em mente que, diante do quadro que o texto vem descrevendo, ser editor de um periódico é ser um pouco equilibrista, porque se manter sobre a fita, isto é, manter a revista funcionando, com periodicidade regular, credibilidade acadêmica e com perspectiva de aperfeiçoamento, é tarefa bastante desafiadora e o risco de projetar-se no vazio não é nada descartável. Para todos os efeitos, o editor é muito mais que um mediador entre as ações do conselho científico e da comissão editorial. Em tese, a ele compete, sobretudo, zelar e fazer cumprir a política editorial do periódico, linha mestra que deve “sulear” (obrigado, Paulo Freire!) o foco e escopo da revista, composição de comissões, rotinas, decisões editoriais, etc. No entanto, em vista das condições antes explicitadas, o editor é hoje também um relações-públicas entre os interesses de instituições, leitores, autores e pareceristas; é um caça-editais, formulador de projetos para agências financiadoras; é contratador de prestação de serviços de terceiros (diagramação, revisão); é selecionador e capacitador de bolsistas; torna-se “especialista” em indexadores, bibliometria, etc. Quando tem a felicidade de ter consigo uma equipe de colegas ou estudantes de pós-graduação, como é o caso da Motrivivência, o editor consegue compartilhar um pouco dessas tarefas, mas sabe-se que, num regime “presidencialista”, o editor às vezes termina ficando (e falando) sozinho.

Por fim, apesar de todas as dificuldades e desafios de editar um periódico científico, reconhecemos que a experiência editorial é única. Ninguém estuda para ser editor, mas a aprendizagem que isso proporciona é culturalmente muito significativa. Numa perspectiva formativa, da *Bildung*²², participar de um projeto de editoração é uma experiência que

22 Como se sabe, *Bildung* é um termo da cultura germânica que, grosso modo, corresponde à ideia da *Paidéia* grega, como ideal de formação cultural do sujeito esclarecido, a qual envolve mas não se limita à educação formal. Para esse texto, interessa sobretudo compreender que a formação cultural proporcionada pela *Bildung* é, ao mesmo tempo, uma autoformação com o outro.

corresponde, parafraseando Larrosa Bondia (2002), ao deixar-se tocar pelo saber/fazer, pelo que nos acontece, nos muda, nos altera, e que transforma indelevelmente nossa trajetória pessoal e profissional.

REFERÊNCIAS

- BARATA, Rita de Cássia B. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v.13, 2016. Disponível em: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/947>
- FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização [1929/1930]. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006, v. XXI.
- JOB, Ivone. Desafios e dilemas da editoração de revistas científicas no Brasil. In: RECHIA, Simone et al. (orgs.). **Dilemas e Desafios da Pós-Graduação em Educação Física**. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2015.
- LARROSA BONDIA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n.19, p. 20-28, jan-abril/2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>
- LOVISOLO, Hugo R. “Levantando o sarrafo ou dando tiro no pé”: critérios de avaliação e Qualis das Pós-Graduações em Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.29, n.1, p. 35-48, set./2007. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/7/13>
- _____. Gestão de revistas: algumas considerações e sugestões para o debate. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 36, n. 4, p. 708-14, out-dez./2014. Disponível em: <http://rbceonline.org.br/pt/vol-36-num-4/sumario/S0101328914X00028/>
- RODRIGUES, Luiz Oswaldo C. Publicar mais, ou melhor? O tamanduá olímpico. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.29, n.1, p. 35-48, set./2007. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/8>
- SILVA, Mauricio R.; PIRES, Giovani L. Motrivivência, 25: registros de uma trajetória, perspectivas de continuidade. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v.36, n.4, p. 780-89, out-dez./2014. Disponível em: <http://rbceonline.org.br/pt/motrivivencia-25-registros-uma-trajetoria/articulo/S0101328914000134/>
- _____. A pós-graduação, a CAPES e os periódicos científicos (Editorial). **Motrivivência**, Florianópolis, ano XXIV, n.39, p.07-13, dez./2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2012v24n39p7> .
- SOMA, Nei Y.; ALVES, Alexandre D.; YANASSE, Horacio H. O Qualis Periódicos e sua utilização nas avaliações. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v.13, 2016. Disponível em: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/1128>
- TANI, Go. Editoração de periódicos em Educação Física/Ciências do Esporte: dificuldades e desafios. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 36, n. 4, p. 715-22, out-dez./2014. Disponível em: <http://rbceonline.org.br/pt/editoracao-periodicos-em-educacao-fisica-ciencias/articulo/S0101328914000043/>

- TREIN, Eunice; RODRIGUES, José. O mal-estar na academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento-mercadoria. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.16, n.48, p. 769-792, dez./2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782011000300012>
- VAZ, Alexandre F.; ALMEIDA, Felipe Q.; BASSANI, Jaison J. Profissionalização dos periódicos: novamente (editorial). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v.34, n.3, p. 519-520, jul.-set./2012. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/1645/785>
- VILAÇA, Murilo M.; PALMA, Alexandre. Diálogo sobre cientometria, mal-estar na academia e a polêmica do produtivismo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.18, n.53, jun./2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782013000200013>
- VILAÇA, Murilo M. Dilemas e desafios da Pós-Graduação: pressão por publicação, produtivismo acadêmico e ética científica em publicação. In: RECHIA, Simone et al. (orgs.). **Dilemas e Desafios da Pós-Graduação em Educação Física**. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2015.
- ZUIN, Antonio Soares; BIANCHETTI, Lucídio. O produtivismo na era do “publique, apareça ou pereça”: um equilíbrio difícil e necessário. **Cadernos de Pesquisa**, v.45, n.158, p.726-750, out-dez/2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742015000400726&lng=pt&tlng=pt

Autores convidados pela comissão editorial da Motrivivência para participar da Seção Temática dessa edição (21/fev/2018)